



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

ATA Nº 2/2025/CONSUP/IFTO, DE 16 DE ABRIL DE 2025

1 Ata da primeira reunião ordinária de dois mil e vinte cinco do Conselho Superior do
2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia
3 dezois de abril de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no Auditório I da
4 Reitoria, localizada Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE
5 20, Conjunto 1, Lote 8 – Plano Diretor Sul – CEP 77020-450 Palmas/TO, reuniu-se,
6 sob a presidência do reitor, Antonio da Luz Júnior, o Conselho Superior do Instituto
7 Federal do Tocantins. Foi registrada a presença dos representantes do Colégio de
8 Dirigentes, segmento diretores-gerais de *campi*: Gilvan Vieira Moura,
9 primeiro titular; Milene Lopes dos Santos Queta, segunda titular; das representantes
10 do Colégio de Dirigentes, segmento diretores de *campi* e pró-reitores: Juliana
11 Ferreira de Queiroz, primeira titular; Mírian Peixoto Soares da Silva, segunda titular;
12 dos representantes dos servidores docentes: Otávio Cabral Neto, primeiro titular;
13 Edmar Vinícius de Carvalho, segundo titular; Paulo da Silva Paz Neto, primeiro
14 suplente; Saulo Carvalho de Souza Timóteo, segundo suplente; dos representantes
15 dos servidores técnico-administrativos em educação: Edson Leite Apinagé, primeiro
16 titular; Kiara Souza dos Reis Cavalcante, segunda titular; Francisco César de Sousa,
17 terceiro titular; Adriano Ribeiro da Silva, segundo suplente; dos representantes dos
18 discentes: Lucas Alves Machado, primeiro titular; Eduardo Gabriel Ribeiro da Silva,
19 terceiro titular; João Vitor Bonini de Alcantara, quarto titular; das representantes dos
20 egressos: Ana Rafaela Bezerra Cavalcante de Sousa, primeira titular; Cristiely Maria
21 de Sousa Alves de Oliveira, segunda titular; da representante da Federação dos
22 Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins –
23 FETAET, Irany Iva dos Santos Dias, titular; do representante da Federação do
24 Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins –
25 FECOMÉRCIO, Leandro Dias Costas, titular; da representante do SINASEFE seção
26 Araguatins, Márcia Regina Marques Amado da Silvada; e representante da Secretaria
27 do Conselho Superior, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa. O presidente conferiu o
28 quórum, cumprimentou os participantes, e declarou aberta a reunião. Informou que
29 havia duas solicitações de alteração de pauta, a primeira delas a tratar do
30 reposicionamento do último item, 27, para que os representantes da Fundação de
31 Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins – FAPTO não precisassem acompanhar
32 toda a execução da reunião, e a segunda alteração, com o intuito de agilizar a
33 reunião, era a proposta da votação em bloco dos pontos 3 a 15, que tratavam de
34 convalidações. Na sequência, procedeu-se aos informes. A conselheira Mírian
35 comentou que, no dia 23 de abril de 2025, o *Campus* Pedro Afonso sediaria o Fórum
36 de Pesquisadores, cuja programação estava sendo divulgada, e convidou todos para
37 participarem. O conselheiro Otávio informou que, no dia 4 de abril, data de
38 aniversário do *Campus* Palmas, o laboratório de tecnologia e processamento de
39 alimentos do *campus* recebeu o selo de Inspeção Municipal que conferiu à

40 instituição o direito a uma estrutura robusta, inclusive para comercialização de
41 produtos produzidos dentro do *Campus* Palmas, do IFTO, com vistas ao ensino, mas
42 também com a possibilidade de aplicação na extensão. O conselheiro citou inclusive
43 que no ano anterior havia desenvolvido cinco projetos com a Pró-reitoria de
44 Extensão - Proex, envolvendo, entre outros campos, a agricultura e a capacitação de
45 produtores. Reforçou que havia novos caminhos a percorrer, que em breve
46 conversaria com a pró-reitora Paula Karini sobre a possibilidade de incubarem
47 também empresas dentro desse laboratório. Destacou que a ideia sempre foi fazer
48 uma parceria com a Secretaria de Agricultura. Informou que há dois anos estavam
49 tentando alcançar essa certificação para o projeto, pois, ao receber uma certificação
50 dessa, teriam um ambiente totalmente adequado. Informou que haviam iniciado
51 uma conversa informal com o Major Negreiros, secretário de Agricultura e Serviços
52 do Interior, mas que mais à frente formalizariam para que também atuassem no
53 papel social do IFTO, trazendo a sociedade para dentro do Instituto,
54 incubando empresas, tirando os pequenos produtores rurais das feiras, da
55 informalidade e mostrando a eles um caminho pelo qual, durante dois anos,
56 pudessem incubar suas empresas dentro do Instituto, e dando-lhes oportunidade de
57 posteriormente caminharem com as próprias pernas, de forma adequada e
58 eficiente, com o mercado aberto, podendo colocar seus produtos em qualquer
59 mercado de pão (Atacadão Assaí, entre outros), podendo vender na feira ou onde
60 quisessem sem precisar correr da fiscalização. Reforçou que este era um papel que
61 precisavam devolver à sociedade. Demonstrou toda a sua gratidão a toda a gestão
62 do *Campus* Palmas no processo; lembrou que o processo iniciou ainda na gestão do
63 professor Wendel, tendo continuidade com a ajuda da professora Noemi; aliás, foi
64 um longo período de organização do laboratório, dois anos praticamente para
65 conseguir o selo de certificação entre alterações estruturais e documentais. O
66 presidente aproveitou a oportunidade para parabenizar o professor Otávio e toda a
67 comunidade do *Campus* Palmas pela conquista. Disse que também ficou bastante
68 empolgado quando viu a notícia da conquista, uma vez que isso abre espaço para
69 prestação de serviço, além da abertura para apresentação aos estudantes da
70 vertente do empreendedorismo dentro da própria instituição. Informou que o
71 *Campus* Lagoa da Confusão, na presença do professor Edmar, também estava se
72 destacando bastante na modalidade, e via este passo sólido do *Campus* Palmas
73 como um momento marcante para instituição. Destacou que o trabalho era longo,
74 árduo, pois eram muitos trâmites e burocracia envolvidos; era necessária muita
75 dedicação para acessar o selo, por isso mais uma vez parabenizou o professor Otávio
76 e toda a sua equipe. O presidente lembrou a publicação do orçamento federal no
77 mês de março e informou que, após a publicação, se reuniu com os diretores de
78 *campi* para fazer o reajuste da distribuição orçamentária dentro da instituição.
79 Explicou que toda a Rede Federal teve uma supressão na ordem entre 4,7 e 4,9%, e
80 que no IFTO a redução foi de 4,86%, o que implicou dois milhões trezentos e oitenta
81 mil reais a menos no nosso orçamento, o que impacta muito as ações previstas para
82 o ano, porque a instituição já estava trabalhado dentro do limite, com uma margem
83 bem estreita. Informou que repassaram a supressão de forma linear para todas as
84 unidades, de modo que ninguém fosse mais ou menos prejudicado, e
85 estão trabalhando em conjunto com os demais reitores da Rede Federal para
86 articular com o Ministério da Educação e o Congresso Nacional o retorno, a
87 recomposição do orçamento. Destacou que em 6 de maio se reuniriam com
88 a Comissão de Educação no Congresso e com o ministro da Educação para uma
89 primeira tentativa de sensibilização, pois, no ano anterior, quando

90 enfrentaram situação similar, foi possível a recomposição através deste tipo de
91 articulação. Assim, a expectativa é que ocorra o mesmo em 2025, e que até por isso
92 repassou aos diretores essa percepção para que cada um tivesse condição de fazer o
93 seu planejamento dentro desse horizonte, no entanto destacou que não havia nada
94 garantido e que o momento era de trabalho e mobilização em relação à
95 situação. Informou que entre os dias 13 e 17 de maio acontece a Agrotins em
96 Palmas, e convidou todos a visitarem o estande do IFTO, que já tem uma tradição de
97 participação na feira, a maior feira do agronegócio do Estado e, na sua concepção,
98 da Região Norte do Brasil. Destacou a importância da presença da instituição
99 de forma sólida, bastante consistente, pois era isso que a instituição vinha buscando
100 fazer ao longo dos anos, o que não seria diferente em 2025. Destacou também a
101 importância da participação dos conselheiros vendo *in loco* a participação do IFTO.
102 Por um último e de modo informal, compartilhou a expectativa da visita do
103 presidente da República ao estado do Tocantins, que deve ocorrer entre o final de
104 abril e início de maio na região do Bico do Papagaio, muito provavelmente em
105 Tocantinópolis, onde visitará as obras do novo *campus*, das estradas e da ponte em
106 construção. Disse que a visita ao Tocantins já era para ter ocorrido, mas, por conta
107 de um problema de saúde por que passou o presidente, precisou ser desmarcada.
108 Disse que, como a agenda da visita ainda era informal, estavam se mobilizando
109 dentro do que é possível para recepcioná-lo. Além disso, pediu que toda a
110 comunidade também se preparasse, fazendo os ajustes necessários dentro das
111 possibilidades, claro, mas reforçou a importância de o IFTO em peso estar presente
112 para recepcionar o presidente. Independente de qualquer questão político-
113 partidária, o presidente do Conselho lembrou que se trata de uma visita do
114 presidente do país à instituição, em um momento de expansão, e que precisam
115 mostrar o que é o IFTO, o trabalho que aqui é feito, a presença da comunidade, e
116 porque não reivindicam mais investimentos, mais ações e mais unidades para a
117 instituição. No entanto, reforçou que só conseguiriam fazer isso se estivessem
118 lá demonstrando força, pois não adiantaria estar só o reitor. Na sequência,
119 procedeu-se à deliberação do ponto dois, a saber: deliberação acerca da Ata nº
120 6/2024/CONSUP/IFTO, de 19 de junho de 2024, referente à 2ª reunião ordinária
121 (2413732), e da Ata nº 7/2024/CONSUP/IFTO, de 11 de dezembro de 2024, referente
122 à 4ª reunião ordinária (2598138), do Conselho Superior do Instituto Federal de
123 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Após apresentação,
124 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado com 20 votos favoráveis e uma
125 abstenção (Otávio Cabral Neto). Na sequência, procedeu-se à deliberação acerca do
126 reposicionamento do ponto 27 para o ponto 3 da pauta. Após apresentação,
127 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
128 sequência, procedeu-se à deliberação acerca da votação em bloco único dos pontos
129 3 a 15 referentes às convalidações. Após apresentação, o item foi submetido à
130 votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à
131 deliberação do ponto 27 (reposicionado), a saber: deliberação acerca da proposta de
132 renovação de autorização da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do
133 Tocantins – FAPTO para atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal do
134 Tocantins IFTO – exercício 2025, de acordo com a solicitação constante do Ofício nº
135 09/2025/CR/DT/DG-FAPTO, em que a FAPTO justifica a continuidade do
136 desenvolvimento e da execução dos projetos de ensino, pesquisa, extensão,
137 desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação,
138 conforme Processo nº 23235.002674/2018-28. A diretora executiva da FAPTO,
139 Fernanda Silva Fernandes Barbosa, pediu desculpas pela ausência do diretor-geral,

140 Léo Araújo da Silva, representante legal da Fundação, e justificou que Léo naquela
141 data estava participando do Encontro dos Procuradores das Fundações de Apoio em
142 Salvador/BA. Explicou que no Encontro todos os assessores jurídicos e
143 representantes legais das Fundações de Apoio se reuniam para discutir a relação
144 entre Instituição Federal de Ensino Superior e suas Fundações de Apoio. Na
145 sequência, Fernanda fez a apresentação anual do Relatório da Avaliação de
146 Desempenho da FAPTO com o IFTO em 2023. Explicou que a apresentação das
147 atividades da Fundação sempre tinha um lapso temporal por conta da data da
148 renovação de autorização, uma exigência do Grupo de Apoio Técnico - GAT, formado
149 por representantes do Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia e
150 responsável pela análise das autorizações e dos credenciamentos das Fundações de
151 Apoio. Explicou que o objetivo da apresentação e da renovação da autorização era
152 correlacionar a qualidade dos serviços prestados atualmente pela Fundação com os
153 ganhos obtidos pelo Instituto Federal, uma exigência do Decreto nº 7.423, que
154 regulamenta a relação entre as instituições de ensino com suas Fundações de Apoio,
155 e exige a demonstração dos indicadores com objetivos e questões objetivas que
156 demonstrem ganhos de eficiência na gestão do IFTO na execução dos projetos.
157 Informou que o papel das Fundações de Apoio estava regulamentado na Lei nº
158 8.958, de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 7.423, além da Lei de Inovação nº
159 10.973, regulamentada pelo Decreto nº 9.283. Explicou que a legislação citada
160 regulamenta toda a relação entre as Instituições de Ensino e suas Fundações de
161 Apoio e normatiza questões específicas editadas pelo Instituto Federal na
162 regulamentação dessa relação, abrangendo bolsas e o VRI entre outros. Reforçou
163 que toda normativa precisa ser seguida à risca pela FAPTO. Informou que, além da
164 legislação apresentada, a FAPTO segue também os instrumentos contratuais como
165 contratos, convênios e seus planos de trabalho. Informou que a autorização da
166 FAPTO vigente era uma portaria conjunta do Ministério da Educação e da Ciência e
167 Tecnologia (MEC), Portaria nº 80, que tinha vigência até 4 de junho de 2025, motivo
168 pelo qual a renovação deveria acontecer naquela data, antes do fim da vigência da
169 atual. Disse que a renovação da autorização é a comprovação de que a FAPTO é uma
170 instituição idônea, que cumpre seu papel no gerenciamento dos projetos.
171 Apresentou o print da portaria vigente e o atestado de efetivo
172 funcionamento. Reforçou que, além da prestação de contas anual, que fazem para o
173 IFTO e para outras instituições apoiadas, realizam também anualmente uma
174 prestação de contas para o Ministério Público do Estado, que era o responsável pelo
175 velamento das fundações. Disse que o Ministério Público analisa todos os projetos e
176 prestações de contas desses projetos, além também da prestação de contas da
177 própria Fundação e seus recursos, e ainda realiza visitas *in loco*. Reforçou que o MP
178 tem a função de velar por todo o funcionamento da Fundação. Apresentou
179 novamente o atestado de efetivo funcionamento emitido no início de fevereiro de
180 2025 pelo Ministério Público atestando que a FAPTO teve sua prestação de contas
181 aprovada nos anos anteriores. Considerando a relação 2023 da FAPTO com IFTO,
182 Fernanda informou que foram gerenciados 22 projetos e mais 16 emendas
183 parlamentares, totalizando 38 projetos executados ao longo de 2023. Ressaltou que
184 os 38 projetos somaram R\$ 17.717.366,50 (dezessete milhões setecentos e
185 dezessete mil trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos). Explicou que
186 esses projetos não foram assinados necessariamente em 2023, pois havia projetos
187 que se iniciavam em um ano e perduravam por mais de um ano, mas destacou que
188 houve projetos encerrados ao longo de 2023. Informou que a legislação diz que todo
189 projeto gerenciado pela Fundação demanda um ressarcimento para a instituição

190 apoiada, nesse caso o IFTO, de modo que deve ser cobrado um custo com a
191 utilização da marca, da imagem e da infraestrutura do IFTO. Informou que naquela
192 data a resolução vigente, aprovada pelo Conselho, era de que 3% do valor dos
193 projetos foi a títulos de VRI; a FAPTO fazia uma GRU ao final do projeto como
194 pagamento para o Instituto. Informou que a VRI no ano de 2023 somou R\$
195 78.855,46 (setenta e oito mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis
196 centavos). Disse que a legislação informa também que os equipamentos adquiridos
197 no âmbito dos projetos, ao final deles, precisavam ser doados para o IFTO. Desta
198 forma, informou que no ano de 2023 foram feitos 47 termos de doação de
199 equipamentos, o que totalizou R\$ 545.451,13 (quinhentos e quarenta e cinco mil
200 quatrocentos e cinquenta e um reais e treze centavos) em doação de bens dos
201 projetos para o Instituto Federal do Tocantins. Informou que nos projetos também
202 era possível fazer pagamentos de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e inovação
203 tecnológica e que no ano de 2023 foram 452 bolsistas no âmbito dos projetos, tendo
204 sido pagos R\$ 3.460.232,20 (três milhões quatrocentos e sessenta mil duzentos e
205 trinta e dois reais e vinte centavos) em bolsas para servidores docentes e discentes
206 do IFTO. Explicou que, como precisavam de uma regra para fazer o desempenho da
207 Fundação, dentro de cada projeto existia um custo para a Fundação fazer o
208 gerenciamento desse projeto, que era negociado individualmente, ou seja, era o
209 custo que a fundação tinha para fazer a prestação de contas, o processo de compra,
210 pagamento de bolsa, ou seja, o custo que a Fundação tinha naquele
211 projeto. Informou que em 2023, considerando os projetos fora das emendas, o total
212 foi de R\$ 15.377.156,10 (quinze milhões trezentos e setenta e sete mil cento e
213 cinquenta e seis reais e dez centavos), e as despesas operacionais da fundação
214 ficaram em R\$ 1.588.303,26 (um milhão quinhentos e oitenta e oito mil trezentos e
215 três reais e vinte e seis centavos), o índice de eficiência com a divisão do valor dessas
216 despesas operacionais pelos projetos foi de 10,32%, ou seja, o custo da Fundação no
217 âmbito dos projetos. Disse que anualmente a FAPTO faz uma pesquisa de satisfação
218 com todos os coordenadores de projetos (seus clientes), e que esta é uma forma de
219 mensurar se estão atendendo às expectativas dos coordenadores e o que
220 podem melhorar. Citou que utilizam a pesquisa de satisfação principalmente com o
221 intuito de melhorar os seus serviços e informou que o índice de satisfação foi de
222 90,4%. Como consideração final da Avaliação de desempenho, Fernanda reforçou
223 que a FAPTO segue a rigor o arcabouço jurídico, leis, decretos e normativos
224 instrumentos contratuais. Frisou também que a Fundação está regular perante todos
225 os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal. Observou os
226 ganhos de eficiência obtidos pelo IFTO com envolvimento de aluno, com
227 equipamentos para melhorar sua infraestrutura no desenvolvimento dos projetos e
228 uma melhoria contínua na infraestrutura da instituição, fazendo o principal papel da
229 Fundação que é ligar o IFTO à sociedade externa. Apresentou o relatório de
230 atividades da FAPTO 2023, englobando os números gerais. Lembrou que os números
231 apresentados anteriormente foram todos da FAPTO com o IFTO. Informou que além
232 do IFTO a FAPTO apoia também a UFT, UFNT, EBC e Unitins. Informou que a FAPTO
233 tem um representante no Conselho Nacional das Fundações de Apoio que
234 reúne mais instituições como a FAPTO, e que o Léo, diretor-geral da FAPTO, é o
235 representante da Região Norte junto ao Conselho Nacional. Disse que a promotora
236 de justiça fez visita à Fundação, conheceu os espaços, as obras, o espaço recém-
237 inaugurado do Inova FAPTO, além de ter fiscalizado *in loco* as prestações de contas e
238 execução dos projetos. Informou que em 2023 os procuradores da AGU que ficavam
239 na UFT visitaram a sede da FAPTO e puderam conhecer um pouco mais a parte de

240 execução dos projetos, pois muitas vezes ficavam somente emitindo os pareceres, e
241 não entendiam como era feito o gerenciamento na prática. Citou que foi uma
242 oportunidade que tiveram de mostrar como era feito o trabalho na Fundação. Além
243 disso, informou que todos os anos realizam um encontro envolvendo todos os
244 coordenadores de projetos, momento em que buscam um pouco mais de
245 capacitação, mostrar os resultados da Fundação, expectativas, mas
246 principalmente ouvir os coordenadores de projetos, conhecer suas principais
247 demandas e dificuldades na execução dos projetos. Citou a organização de
248 *workshops* em 2023 e 2024, e informou que visitariam todos os *campi* das
249 instituições apoiadas, incluindo o IFTO, mostrando como fazer para escrever os
250 projetos e captar recursos. Informou que no dia anterior esteve em Araguatins
251 fazendo uma apresentação no Fórum de Pesquisadores, e que na próxima quarta-
252 feira estaria no *Campus* Pedro Afonso para realizar uma oficina prática, com vistas a
253 mostrar como escrever os projetos, como fazer os planos de trabalho, para que os
254 professores e demais servidores entendam como se dá essa relação com a
255 FAPTO. Lembrou da menção à certificação mencionada anteriormente na reunião e
256 reforçou que o *Campus* Lagoa da Confusão também tem bons Laboratórios e que a
257 FAPTO pode levar isso para a sociedade, pois ela é o meio para que o IFTO
258 consiga fazer essas prestações de serviço. Mostrou alguns projetos desenvolvidos
259 pela Fundação como o PEIEX Tocantins, desenvolvido para capacitação de
260 empresários para que consigam exportar seus produtos e serviços. Disse que a UFT
261 está fazendo muitas parcerias com outras instituições na oferta de mestrados e
262 doutorados, principalmente nas áreas de Direito e Gestão Pública, citou o mestrado
263 em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos ofertado pela ESMAT/UFT no
264 Acre, por meio de um convênio com o Tribunal de Justiça do Acre. Mostrou também
265 o projeto Formação de Talentos do IFTO, que visa à capacitação de pessoas,
266 coordenado pelo professor Antônio e a empresa CRP Tecnologia, além do Centro de
267 Colaboração em Alimentação e Nutrição Escolar – CECAN, projeto também da UFT
268 envolvendo a alimentação dos alunos. Disse que os funcionários da FAPTO se
269 reúnem algumas vezes por ano para realizar ações de solidariedade (FAPTO em
270 Ação), informou que tiveram a doação de produtos de higiene, e os colaboradores
271 da FAPTO fizeram kits para pacientes em tratamento contra o câncer, além da
272 entrega de 130 cestas básicas para famílias carentes no final do ano e a qualificação
273 contínua muito pregada na Fundação. Reforçou que a gestão da Fundação
274 trabalha muito com desenvolvimento contínuo de todos os colaboradores, pois
275 acredita que somente desta forma conseguirão levar um serviço de qualidade para o
276 cliente final. Quanto aos números globais da Fundação, Fernanda informou que em
277 2023 foram gerenciados 246 projetos, dos quais 91 foram assinados em 2023, e 155
278 em datas anteriores, mas estavam em execução ao longo do ano, o que refletia um
279 crescimento de 16%, considerando os 212 projetos executados em 2022. Quanto à
280 quantidade de projetos gerenciados por instituição apoiada, Fernanda, informou
281 que foram 38 projetos envolvendo o IFTO, 170 vinculados à UFT, 23 à Unitins, 6 à
282 UFNT e 9 de forma independente pela FAPTO. Fernanda informou que todo projeto
283 gerenciado pela FAPTO exige uma prestação de contas, seja parcial seja final (ao final
284 do projeto), que é enviada ao financiador e à instituição apoiada, e que em 2023
285 foram 119 (48 parciais e 71 finais). Quanto às contas e prestações de serviço do
286 projeto, Fernanda informou que todo o processo era montado pela própria FAPTO, e
287 que em 2023 o setor de compras emitiu 1874 ordens de fornecimento ou serviço,
288 totalizando mais de R\$ 22.494.057,13 (vinte e dois milhões quatrocentos e noventa
289 e quatro mil cinquenta e sete reais e treze centavos). Quanto à doação dos bens,

290 Fernanda lembrou que a FPTO faz a doação dos bens ao final da execução dos
291 projetos, e informou que em 2023 foram emitidos 259 termos de doação,
292 totalizando mais de 3 milhões doados para as instituições parceiras, o que
293 refletiu em um aumento de 370% no número de termos de doação relativos à 2022,
294 quando foram emitidos 53 termos. Quanto aos valores pagos em bolsas, informou
295 que a FAPTO pagou em 2023 mais de 15 milhões em bolsas para servidores, alunos,
296 técnicos e docentes das instituições apoiadas. Quanto às receitas próprias da
297 Fundação que chamavam de DOA, informou que em 2023 foram R\$ 4.196.000,00
298 (quatro milhões cento e noventa e seis reais) em receitas e R\$ 4.066.000,00 (quatro
299 milhões e sessenta e seis reais) em despesas. Explicou que, como a FAPTO era uma
300 instituição privada sem fins lucrativos, é por meio desses valores que paga os
301 funcionários, energia e demais contas; assim, apesar de não trabalharem com lucro,
302 trabalham sempre para ter um superávit todos os anos. Apresentou um resumo da
303 parte financeira em que informou que os projetos públicos e privados somados em
304 2023 tiveram juntos uma receita de R\$ 57.875.591,62, ante uma despesa de R\$
305 56.094.223,36 (cinquenta e seis milhões, noventa e quatro mil duzentos e vinte e
306 três reais e trinta e seis centavos), tendo sido a receita própria da Fundação de R\$
307 4.196.668,90 e suas despesas da de R\$ 4.066.411,21, dando um superávit para
308 FAPTO gestora de R\$ 130.257,69. Explicou que se somassem o valor da própria
309 Fundação com o valor dos projetos em 2023 a FAPTO havia gerenciado R\$
310 62.072.260,52 em receita e R\$ 60.160.636,57 em despesas. Citou que contam
311 com uma auditoria independente, contratada, que emite relatórios trimestrais,
312 analisando todos os balanços, balancetes, processos de compras, processos de RH,
313 processos da ouvidoria, fazendo essa análise trimestralmente e no final do ano
314 emite um relatório, inclusive o que ela apresenta de 2023, com a aprovação
315 de todas as contas da Fundação e dos projetos. Reforçou o lapso temporal e que
316 estão finalizando os números de 2024, e justificou a apresentação do relatório de
317 2023 para que não perdessem o prazo do Ministério da Educação - MEC e o da
318 Ciência, Tecnologia e Inovação. A conselheira Juliana fez uma consideração para
319 reforçar a importância da manutenção da autorização, citou que o Instituto Federal
320 praticamente executava a totalidade do seu orçamento de despesas discricionárias e
321 despesas de pessoal. Citou como exemplo o Programa de Apoio à Pesquisa e à
322 Extensão, o Ensino, as bolsas do Pró-qualificar, as despesas por exemplo com a
323 realização de concursos públicos, processo seletivo, lembrou que tudo isso era
324 executado de forma direta pelo Instituto Federal, ressaltou que era algo que
325 realmente os orgulhava bastante, porém lembrou que estavam trabalhando sempre
326 com o prospecto de captação de recursos e que até as visitas que a FAPTO estava
327 realizando nas unidades era uma forma de incentivo e estímulo para mostrar aos
328 servidores que não apenas a gestão atuava na captação de recursos, pois qualquer
329 servidor do IFTO que entendesse que era interessante poderia captar recurso,
330 coordenar um projeto de pesquisa, de inovação, e, nesse aspecto, a FAPTO era
331 extremamente importante. Disse que por vezes esse recurso chegava na Instituição
332 com um prazo curto, exímio para execução, e que, devido a outras demandas que
333 ocorriam continuamente, a FAPTO era fundamental para que o Instituto avançasse
334 como captador e no fornecimento de serviços para a comunidade, com soluções,
335 inovação e novos produtos. Disse que a manutenção é essencial não apenas pelos
336 projetos que estão em curso e precisam ser finalizados, mas também pela
337 expectativa de crescimento e avanço como promotores de produtos e serviços,
338 coordenando sempre mais e mais projetos e trazendo benefícios para a instituição
339 de modo geral. Márcia Amado, representante SINASEFE seção Araguatins, perguntou

340 como se dava a valoração do valor que a FAPTO recebia. Fernanda explicou que a
341 legislação chama isso de ressarcimento dos custos administrativos e operacionais
342 que a Fundação tem para o projeto. Explicou que existe uma metodologia
343 desenvolvida por uma universidade em Santa Catarina, aplicada na maioria das
344 fundações de apoio, e que para cada atividade faziam uma mensuração, análise das
345 atividades constantes no Plano de Trabalho que seriam desenvolvidas no projeto
346 (quantas prestações de contas, quantos processos de compras, quantos
347 pagamentos, qual o período de execução do projeto) para chegar a um custo. Citou
348 que a legislação fala que esse custo pode chegar até 15% do valor da receita projeto,
349 mas não trabalham com taxa, e sim com o custo real para execução do projeto.
350 Citou as horas de trabalho dos funcionários, mas lembrou dos custos indivisíveis,
351 tipo quando o colaborador estava na sala e não conseguiam determinar quanto de
352 energia elétrica de fato ele utilizou no projeto A ou B ou C. Desta forma, o custo era
353 por atividade no projeto. Márcia perguntou se estava sendo fixado no máximo 10%.
354 Fernanda respondeu que era no máximo 15%. Disse que havia projetos com 5, 7, 9,
355 10, 12 ou nada, o que também já tinha acontecido somente pela parceria. Márcia
356 disse que era isso que estava buscando, esse com nada também. O presidente
357 esclareceu que o parceiro morreria se nunca lhe pagassem, e isso implicaria o fim
358 da parceria. Disse que sempre conversava sobre isso com os colegas e que
359 é importante destacar esse ponto de que a taxa não é um pagamento para a FAPTO
360 enriquecer, é o custo de execução do projeto, e lembrou que em alguns momentos
361 havia necessidades específicas. Disse que eventualmente recebiam recurso exíguo
362 de um determinado parceiro, mas a ação era tão importante que, apesar de o IFTO
363 não ganhar nada, sensibilizava a FAPTO a fazer um trabalho social. Não que eles não
364 teriam custo, mas para tentar fazer um trabalho social, e para isso tentavam reduzir
365 a taxa, mas reforçou que de praxe aplicava-se a metodologia, geralmente conforme
366 mencionado pela Fernanda. Dadas as características dos projetos executados
367 pelo IFTO, a faixa varia entre 7, 8, 10, 12; por isso, orienta os colegas a colocarem
368 como estimativa 10%, porque gira próximo a isso, fazendo a aplicação da
369 metodologia e conversando com a FAPTO para tentar fazer algum ajuste. Mas
370 ressaltou que não poderiam partir do pressuposto de que a taxa zero viraria
371 normalidade, pois assim a Fundação nem voltaria à instituição para poder assinar
372 com ela. Destacou que é essencial para a instituição e para o projeto de crescimento
373 institucional a relação com a Fundação e que estão investindo muito na
374 conscientização da comunidade em relação a isso. Citou que no ano anterior
375 realizaram visitas a todas as unidades da Pró-reitoria de Extensão, e que para 2025 já
376 haviam retomado esse trabalho dentro dos Fórum de Pesquisadores e Extensionistas
377 para tentar mostrar a importância disso. Citou o professor Edmar como um dos
378 pioneiros no pensar relações com os parceiros, principalmente com a iniciativa
379 privada, como estabelecer termos, como fazer captação. Disse que o professor
380 Otávio certamente se inseriria nessa esteira com o laboratório certificado, mas disse
381 que é essencial que cada vez mais colegas se atentem ao fato de que a captação de
382 recursos não é só uma forma de receita institucional, é também uma forma de
383 o IFTO prestar mais serviços à sociedade. Reforçou que há um limite até onde o
384 orçamento permite ir, mas há vários parceiros que gostariam de aportar recursos
385 para ter acesso ao serviço, e neste caso é a Fundação que permite atingir esse
386 objetivo de prestar o serviço ao parceiro fazendo a gestão desse recurso. Quanto à
387 questão da taxa, informou que depende muito do prazo do projeto, do número
388 de bolsistas, se há aquisição de material ou não, qual a periodicidade, entre outras
389 variáveis. Exemplificou com a execução do Mulheres Mil. Apesar de parecer simples,

390 informou que para cada curso de manicure, por exemplo, é necessário comprar um
391 kit para o(a) colega dar aula com vários tipos de esmaltes e que, para conseguir
392 comprar tudo isso fazendo cotação, indo à loja, é muito trabalhoso e demanda um
393 custo, porque é necessário uma pessoa associada para fazer essa atividade, ou seja,
394 é em cima dessas questões que é aplicada a metodologia e se chega no custo de
395 cada de cada projeto. A conselheira Márcia, a título de informe, como servidora do
396 *Campus Araguatins*, notificou que estavam finalizando o projeto Pronera, que traria
397 para *campus* o curso de Engenharia Agrônômica. Disse que estavam contando
398 inclusive com a FAPTO para gerenciar o recurso que é em torno de quase 6 milhões
399 de reais. Informou que o diretor do *campus* já tinha agendado a visita à FAPTO para
400 dialogarem sobre a taxa que seria cobrada pelo gerenciamento do recurso. Disse
401 que pela Fundação é uma forma também de assegurar, garantir que pudessem
402 executar o recurso, porque muitas vezes, por uma questão de orçamento, tinham a
403 previsão, mas não tinham o financeiro. A conselheira Juliana fez uma observação
404 quanto às taxas colocadas a custo de despesas operacionais, reforçou que o objetivo
405 da Fundação não é obter lucro, é apenas a manutenção dos serviços. A conselheira
406 pontuou que, quando o Instituto Federal executa o seu Programa de Apoio
407 à Pesquisa via Fundação de Apoio, informa que esse programa é custeado com o
408 orçamento do próprio IFTO, um orçamento que vem consignado na Lei
409 Orçamentária Anual - LOA para essa ação, então uma parte desse orçamento
410 tem que ser direcionada para a Fundação de Apoio, contudo quando falam em
411 captação, seja por meio de emenda parlamentar, termo de execução
412 descentralizada, algum parceiro, o que ocorre é que o próprio projeto se paga, não
413 é uma despesa que o Instituto tem que acolher, inserir no seu orçamento, o próprio
414 projeto custeia essas despesas operacionais, ou seja, é um recurso que se
415 mantém e que é bastante sustentável dessa forma. O presidente reforçou sobre os
416 projetos que perpassavam o ano orçamentário, explicou que, se gerassem o
417 orçamento diretamente pelo IFTO, teriam a limitação do ano orçamentário, pois, ao
418 encerrar o que não estivesse empenhado, se perderia, voltaria para o governo. Disse
419 que, quando utilizam a Fundação, ganham essa flexibilidade, pois
420 adquirem condição de utilizar esse orçamento por vários anos sem essa
421 preocupação do orçamento ser devolvido ao governo, e isso por si só já é uma
422 justificativa muito importante dessa parceria com a FAPTO. A conselheira Cristielli
423 reforçou que o IFTO só tem a ganhar com a parceria com a FAPTO no gerenciamento
424 de recursos. Conforme números atuais apresentados na reunião e também pelo
425 acompanhamento dos relatórios apresentados em anos anteriores, frisou
426 ser possível perceber o crescimento desses números a cada cada ano, o que
427 reforça a capacidade de os servidores do IFTO buscarem recursos externos para que
428 a instituição cresça de forma geral. Observou que outras instituições também
429 estão tendo aumento nos seus números, ou seja, a parceria tem dado
430 certo. Parabenizou a FAPTO, pois esteve lendo os relatórios de auditoria da
431 Fundação e tudo estava certinho. Após apresentação, o item foi submetido à
432 votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à
433 deliberação em bloco dos pontos três a quinze, a saber: convalidação da
434 Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 102, de 7 de dezembro de 2023, que
435 aprovou, *ad referendum*, o projeto de pesquisa intitulado Controla+: Estudos do uso
436 de agrotóxicos no controle de pragas, doenças e plantas daninhas em plantas
437 cultivadas, Ação: Ihara — Safra 2023/2024, conforme o Processo
438 nº 23235.023533/2023-14; convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO
439 nº 122, de 12 de dezembro de 2024, que aprovou, *ad referendum*, o

440 desenvolvimento do Projeto de Extensão Feiras da Agricultura Familiar: Caminhos
441 para a Sustentabilidade e Economia Solidária, conforme o
442 Processo 23235.019823/2024-36; convalidação da Resolução *ad*
443 *referendum* CONSUP/IFTO nº 125, de 26 de dezembro de 2024, que aprovou, *ad*
444 *referendum*, o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) do Instituto Federal do
445 Tocantins para o exercício de 2025, conforme o Processo nº 23235.020173/2024-
446 71; convalidação da resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 126, de 27 de
447 dezembro de 2024, que aprovou, *ad referendum*, alterações no projeto pedagógico
448 do curso superior licenciatura em Matemática do *Campus* Paraíso do Tocantins, do
449 Instituto Federal do Tocantins, conforme o Processo nº 23234.022925/2024-
450 49; convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 127, de 23 de janeiro
451 de 2025, que aprovou, *ad referendum*, a revisão do projeto pedagógico do curso
452 Técnico em Agricultura integrado ao ensino médio do *Campus* Formoso do Araguaia,
453 do Instituto Federal do Tocantins, conforme o Processo nº 23235.021174/2024-
454 33; convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 128, de 23 de janeiro
455 de 2025, que aprovou, *ad referendum*, a revisão do projeto pedagógico do curso
456 Técnico em Informática integrado ao ensino médio do *Campus* Formoso do Araguaia,
457 do Instituto Federal do Tocantins, conforme o Processo nº 23235.021173/2024-
458 99; convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 129, de 23 de janeiro
459 de 2025, que autorizou, *ad referendum*, a implantação do curso Técnico em
460 Agricultura integrado ao ensino médio, a ser ofertado pelo *Campus* Porto Nacional,
461 do Instituto Federal do Tocantins, conforme o Processo nº 23337.015601/2024-
462 04; convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 130, de 30 de janeiro
463 de 2025, que aprovou, *ad referendum*, o projeto intitulado: Controla +: Estudos do
464 uso de agrotóxicos no controle de pragas, doenças e plantas daninhas em plantas
465 cultivadas, Safra 2024/2025, conforme o Processo nº 23235.020758/2024-
466 91; convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 131, de 7 de
467 fevereiro de 2025, que autorizou, *ad referendum*, o encerramento do curso superior
468 de Tecnologia em Gestão de Turismo do *Campus* Palmas, do Instituto Federal do
469 Tocantins, conforme o Processo nº 23235.012088/2024-30; convalidação da
470 Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 132, de 26 de fevereiro de 2025, que
471 aprovou, *ad referendum*, o projeto pedagógico do curso superior de Tecnologia em
472 Saneamento Ambiental – EaD/UAB, a ser ofertado pelo *Campus* Palmas, do Instituto
473 Federal do Tocantins, conforme o Processo nº 23236.017866/2024-77; convalidação
474 da resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 133, de 26 de fevereiro de 2025, que
475 aprovou, *ad referendum*, a revisão do projeto pedagógico do curso Técnico em
476 Eletrotécnica subsequente ao ensino médio, do *Campus* Palmas, do Instituto
477 Federal do Tocantins, conforme o Processo nº 23236.017238/2024-91; convalidação
478 da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 134, de 11 de março de 2025, que
479 autorizou, *ad referendum*, a criação e a implantação do curso de Formação Inicial e
480 Continuada em Auxiliar de Geoprocessamento integrado ao ensino médio, na
481 modalidade Educação de Jovens e Adultos (FIC Integrado EJA), a ser ofertado
482 pelo *Campus* Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, conforme o Processo
483 nº 23236.019280/2024-47; convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO
484 nº 135, de 25 de março de 2025, que aprovou, *ad referendum*, alterações no
485 Regulamento Local do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e
486 Tecnológica em Rede Nacional no âmbito do Instituto Federal do Tocantins,
487 conforme o Processo nº 23236.023778/2024-12. Após apresentação, os itens foram
488 submetidos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Na sequência,
489 procedeu-se à deliberação do ponto dezesseis, a saber: deliberação acerca da

490 aprovação do curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação a Distância na
491 Educação Profissional e Tecnológica, a ser ofertado pelo *Campus* Pedro Afonso, do
492 Instituto Federal do Tocantins, conforme o Processo nº 23235.021162/2024-
493 17. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
494 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto dezessete, a saber:
495 deliberação acerca da aprovação do projeto pedagógico do curso de pós-
496 graduação *lato sensu* em Linguagens, modalidade presencial, a ser ofertado
497 pelo *Campus* Gurupi, do Instituto Federal do Tocantins, conforme o Processo
498 nº 23338.005465/2025-15. Após apresentação, o item foi submetido à votação,
499 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação
500 do ponto dezoito, a saber: deliberação acerca da revisão do projeto pedagógico do
501 curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente ao ensino
502 médio do *Campus* Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, conforme o Processo
503 nº 23236.024411/2024-16. Após apresentação, o item foi submetido à votação,
504 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação
505 do ponto dezenove, a saber: deliberação acerca da criação de curso de Formação
506 Inicial e Continuada (FIC) em Operador de Computador integrado ao ensino médio,
507 na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), do *Campus* Palmas, do Instituto
508 Federal do Tocantins, conforme o Processo nº 23236.021477/2024-46. Após
509 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
510 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte, a
511 saber: deliberação acerca da aprovação do calendário acadêmico 2025 do curso
512 de pós-graduação *lato sensu* em Arte e Educação, do *Campus* Gurupi, do Instituto
513 Federal do Tocantins, conforme o Processo nº 23338.022237/2024-11. Após
514 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
515 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e um, a
516 saber: Deliberação acerca da aprovação do calendário acadêmico 2025 dos cursos
517 de pós-graduação *lato sensu* do *Campus* Araguatins, do Instituto Federal do
518 Tocantins, conforme o Processo nº 23233.020890/2024-13. Após apresentação,
519 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
520 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e dois, a saber: deliberação
521 acerca da aprovação do Projeto de Extensão Mulheres Mil – 3º Ciclo, voltado a
522 cursos de qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade
523 social, para oferta de 635 vagas, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao
524 Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, disciplinado pela Lei nº 12.513, de 26 de
525 outubro de 2011, e regulamentado pela Portaria nº 1.042, de 21 de dezembro de
526 2021, do Ministério da Educação, por meio da adesão à Linha de Fomento da Bolsa
527 Formação Programa Mulheres Mil, conforme o Processo nº 23235.019824/2024-81.
528 A conselheira Cristielli ressaltou a importância do Programa. Compartilhou que teve
529 a felicidade de participar do 2º ciclo no *Campus* Colinas do Tocantins, e que
530 contaram com estudantes tanto do curso de Produtor Olerícola quanto do curso de
531 Depilação que já estavam atuando no mercado, além de estudantes que realizaram
532 o curso e que estavam fazendo parte do IFTO como estudantes regulares tanto no
533 curso de Pedagogia, quanto no curso de Engenharia Agrônômica. Disse que foram
534 surpreendidos, pois essas estudantes estavam dentro das dez primeiras colocações
535 de ambos os cursos; ou seja, mais uma vez o IFTO atuando de forma direta com a
536 comunidade externa e também mudando a realidade de vida dessas mulheres.
537 Destacou que o 3º Ciclo estava por vir, para atender a mais e mais mulheres, para
538 que pudessem mudar suas realidades, saindo do estado de vulnerabilidade social. O
539 diretor Saulo fez uma menção a respeito desses programas, da oferta das vagas para

540 a cidade de Tocantinópolis, visto que o novo *campus* está em fase de implantação.
541 Disse que em 2024 teve início a primeira oferta do curso do Programa do Projeto
542 Aquicultura, com a primeira turma, que estava sendo encerrada naquela época.
543 Informou que haveria a primeira formatura dos primeiros estudantes do novo
544 *campus* e recentemente tiveram a abertura de três cursos do Programa Mulheres
545 Mil, mais duas turmas do curso de Aquicultura. No total foram 160 vagas ofertadas,
546 com procura acima de 300 pessoas. Destacou que a parceria estava sendo muito
547 bem vista pelo poder municipal, que estava dando abertura, pois os cursos estavam
548 ocorrendo em uma escola do município. Ressaltou a importância desse movimento,
549 que mostra como o IFTO é capaz de modificar uma região do Estado. E destacou sua
550 alegria em observar a importância desses cursos. Agradeceu ao reitor Antonio da Luz
551 Júnior e a toda equipe da PROEX que colaboraram com os projetos. O presidente
552 disse que de fato o Programa Mulheres Mil é um programa fantástico, é difícil
553 encontrar palavras para descrever a importância desse programa. Disse que de fato
554 é necessário *in loco* conhecer as pessoas e o impacto que esses cursos têm em suas
555 vidas, para então compreender a dimensão do programa. Disse que com a nova ação
556 o IFTO alcançaria no final de 2025 mais de 1000 mulheres com essa ação e que já
557 estavam trabalhando com outros entes, apresentando a ação diretamente para os
558 municípios e para o governo do Estado como forma de ampliar também o número
559 de vagas e as turmas no Tocantins. Informou que há uns dez dias estiveram na
560 Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social conversando com a secretária e
561 alinhando uma ação que traria um número significativo de vagas, mas que não seria
562 chamada de Mulheres Mil, porque o Programa Mulheres Mil é do governo federal,
563 mas se trata de uma ação derivada desse programa. Após apresentação,
564 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
565 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e três, a saber: deliberação
566 acerca da aprovação do Regimento Interno do *Campus* Gurupi, do Instituto Federal
567 do Tocantins, conforme o Processo nº 23338.020423/2024-15. O diretor Saulo fez
568 alguns apontamentos principalmente acerca da seção que trata do organograma do
569 *campus*. Informou que a Resolução nº 63 de 2020, que trata da gestão de curso
570 (criação e encerramento), deixa bem claro no artigo 5º, parágrafo 1º, inciso II, que,
571 para a criação, alteração de curso, é necessário que conste, no processo de criação
572 de curso, o organograma da unidade e a previsão do curso que está sendo aberto.
573 No entanto, se observarem no organograma incluído no processo, verificarão que
574 não constam as coordenações de curso. Solicitou a correção do organograma, pois o
575 texto do Regimento fazia menção às coordenações de curso, porém, no
576 organograma, não constavam as coordenações de curso previstas. Além disso, citou
577 que a legenda posta no documento PDF não condizia com as cores que estão
578 previstas no organograma. Fez então essas duas sugestões de alterações: para que o
579 *campus* revisse o organograma e inclusive as coordenações, reforçou que, de
580 preferência, no organograma viesse nominalmente cada coordenação indicando os
581 cursos. A conselheira Milene disse que estavam cientes da Resolução nº 63 que
582 traz esse ponto de que o organograma deveria prever, só que, para a construção do
583 Regimento Interno, seguiram o Manual da Presidência da República para estruturas
584 organizacionais do Poder Executivo Federal, e esse manual diz que as coordenações
585 de curso não devem aparecer nos regimentos internos, considerando que são
586 estruturas que podem ser abertas ou extintas. Justificou que, como o próprio
587 manual para a construção de regimentos internos diz para que não constasse,
588 decidiram seguir o documento maior da Presidência da República e suprimiu essa
589 informação, considerando tudo aquilo que deveria ser considerado como unidade

590 administrativa, ou seja, tudo que o manual trazia como unidade
591 administrativa estava incluído no Regimento Interno; no entanto, aquilo que o
592 manual diz que não era para incluir não incluíram. O diretor Saulo fez novamente um
593 adendo, disse que o IFTO é uma instituição de ensino e que deveria constar pelo
594 menos o item coordenações de curso no organograma. Apesar de ter entendido a
595 colocação da conselheira Milene no sentido de não discriminar porque poderia ser
596 aberto um curso ou ser fechado um curso, e que entendia isso, mas sugeriu que
597 fossem sim incluídas pelo menos as coordenações de curso como estava no
598 Regimento, que não discriminava curso a curso, mas deixava de forma genérica. A
599 conselheira Milene explicou que nesse ponto também o Manual da Presidência das
600 estruturas organizacionais diz que as coordenações devem ser vinculadas
601 imediatamente à unidade administrativa superior, ou seja, no caso do texto da
602 gerência de ensino é que devem aparecer os cursos a ela subordinados; ou seja,
603 novamente seguiram as orientações constantes do Manual. O diretor Saulo disse
604 que entendia e compreendia a argumentação da conselheira Milene, mas disse que,
605 como coordenação de curso, toda e qualquer estrutura organizacional de cursos de
606 coordenações de setores poderia ser alterada, poderia ser regulamentada.
607 Aproveitou para deixar um indicativo de que a Resolução nº 63 precisa ser revista
608 para atender a essa nova regulamentação; no entanto, entendia que incluir a
609 caixinha coordenações de curso de maneira geral já cumpria o que a resolução
610 trazia. Quanto à questão apresentada por Milene, Juliana mencionou que o
611 Regimento do Instituto era o lastro para que se fizesse o registro das unidades
612 administrativas da instituição no CORG, que é o sistema do Governo Federal que
613 registra onde estão alocadas todas as funções, e de fato nesse sistema poderiam
614 usar o Regimento, e no caso das coordenações de curso o documento que utilizam
615 é a Resolução do próprio Consup, até porque autorização de curso e encerramento
616 de curso sempre são feitos por meio do Conselho Superior. De fato a orientação
617 recebida na gestão de pessoas é que não seria realmente necessário e que o
618 documento que se fazia necessário para registrar uma coordenação era uma
619 portaria ou uma resolução da instituição, e era desta da forma que estavam
620 procedendo no âmbito do IFTO. Sem mais manifestações, o presidente questionou o
621 diretor Saulo se ele mantinha a sua sugestão. O diretor Saulo manteve a sugestão de
622 inserir no organograma da minuta do Regimento a caixinha coordenações de
623 curso. O presidente colocou em votação as propostas: a proposta 1 encaminhada
624 pelo *campus* e que já havia passado pelo parecer da Procuradoria, e a proposta
625 2, com alteração sugerida pelo conselheiro Saulo, que demandaria um novo parecer
626 da Procuradoria. Após apresentação, as propostas 1 e 2 foram submetidas à votação,
627 tendo sido aprovada a proposta 1 com 12 votos, ante 3 votos favoráveis à proposta
628 2. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e quatro, a
629 saber: deliberação acerca da aprovação das Diretrizes e Normas Institucionais para a
630 oferta de cursos na modalidade a distância, bem como para cursos presenciais que
631 incluam disciplinas ofertadas integral ou parcialmente na modalidade a distância, no
632 âmbito do Instituto Federal do Tocantins, conforme o Processo
633 nº 23235.005359/2021-58. Após apresentação, o item foi submetido à votação,
634 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação
635 do ponto vinte e cinco, a saber: deliberação acerca da reformulação do Programa
636 Institucional de Bolsas de Graduação e Pós-Graduação para servidores do Instituto
637 Federal do Tocantins – Pró-Qualificar, conforme o Processo nº 23235.016310/2024-
638 73. A conselheira Márcia Amado, representante do SINASEFE, reforçou a importância
639 das bolsas não só em nível de pós-graduação, porque estavam trabalhado pelo

640 sindicato SINASEFE, pelo Andes e pela FASUBRA, o Reconhecimento de Saberes e
641 Competências - RSC para os Técnicos Administrativos em Educação – TAEs. Frisou a
642 importância de um TAE estudar e se qualificar, porque sabe que a aposentadoria
643 é quase a morte para um TAE, disse ter ciência de TAE que não está dando conta de
644 comprar os remédios, e que o RSC é algo que levaria para a aposentadoria.
645 Aproveitou a presença dos diretores das unidades para dizer que eles continuassem
646 incentivando os colegas a concluírem o nível superior, a pós-graduação, porque isso
647 sim faz muita diferença para a carreira. O conselheiro Francisco parabenizou a
648 comissão que organizou o Pró-Qualificar para todos os servidores, técnicos
649 administrativos e docentes, e quanto à pontuação disse que observou a grade e que
650 pontuaram de forma que favorece bastante os técnicos administrativos,
651 principalmente aqueles que trabalham em áreas não ligadas à área pedagógica.
652 Requereu que essa pontuação fosse feita nos demais quadros de pontuação como
653 participação de afastamentos, e em outras disputas como Mulheres Mil, e
654 participação em disputas de bolsas em geral. Disse que a forma que se apresentava
655 o Pró-Qualificar era bastante igualitária de maneira que beneficiava a todos. O
656 conselheiro Lucas questionou se os valores da bolsa de pós-graduação eram os
657 mesmos tanto para os TAEs quanto para professores. Juliana esclareceu que o
658 Programa é um incentivo à qualificação, custeado com recursos próprios do IFTO e
659 não faz distinção do valor de bolsas entre docente e técnico administrativo. Explicou
660 que o valor da bolsa é definido no âmbito do Colégio de Dirigentes – CODIR, que
661 deveria observar também a capacidade da instituição para promover e fomentar o
662 Programa. Reforçou que o Programa não faz distinção, e o valor é o mesmo.
663 Lembrou que a última vez que esse documento esteve no Consup para votação
664 pelos conselheiros tinha sido em fevereiro de 2023 e que promoveram naquela
665 ocasião uma reformulação com o advento da Lei de Inovação, e que naquele
666 momento a Lei de Inovação permitia que o servidor que participasse de programas
667 que tivesse um viés dentro da Inovação poderia receber bolsas, porque o técnico
668 administrativo em um espaço de tempo só podia receber o reembolso, mas com a
669 Lei da Inovação se abriu a possibilidade para que alguns técnicos administrativos
670 passassem a receber a bolsa por conta da natureza do programa. Lembrou que, no
671 final de 2023, a Lei nº 14.695, que alterou a lei de criação dos institutos, permitiu
672 e proporcionou o pagamento de bolsas a técnicos administrativos e docentes, tanto
673 no âmbito da pesquisa, do desenvolvimento e da extensão. Ressaltou que a nova
674 reformulação apresentada naquela data eliminava a previsão de reembolso, uma vez
675 que não se fazia mais necessário. Logo, todos os servidores, sejam docentes,
676 sejam técnicos, concorreriam como bolsistas, não importando mais se o curso tinha
677 viés em inovação ou em outra área; ou seja, em qualquer área o servidor
678 concorreria como bolsista, e os servidores que estavam dentro do programa na
679 modalidade reembolso seriam reenquadrados automaticamente como bolsistas.
680 Assim, não é mais necessário enviar o comprovante de pagamento da mensalidade,
681 o que também facilita. Disse que tentaram elencar quais seriam as atividades que
682 poderiam ser promotoras de pontuação. Ressaltou que desta forma o documento
683 estava mais limpo e claro e tratava a todos como servidor e proporcionava condições
684 iguais de acesso. A conselheira Kiara dividiu a dúvida quanto à pontuação do tempo
685 de serviço, que julgou baixa. De acordo com uma conta rápida feita por ela,
686 informou que só deram 230 dias, menos de um ano, questionou por que a comissão
687 considerou esse tempo. Destacou que no Anexo I o tempo de serviço máximo de
688 pontuação colocado foi 50 pontos. Juliana disse que este havia sido um dos itens
689 alterados porque o atual era metade disso, perceberam então no bojo da comissão

690 que os servidores estavam ficando muito tempo em casa, então o fator concorrência
691 daquele item já estava esgotando. Ressaltou que na verdade dobraram a pontuação
692 para que pudessem alcançar uma margem maior de tempo de serviço para que uma
693 parcela maior de tempo de serviço do servidor pudesse ser computada. Kiara disse
694 que ainda assim achou que a pontuação era pouca, visto que, ao comparar com os
695 outros itens, contabilizariam 25 pontos em produção acadêmica e 60 pontos sem
696 experiência. Para ela o tempo de serviço poderia ser no mínimo igual à experiência
697 profissional. Juliana justificou que na avaliação já estávamos dobrando a pontuação
698 em relação ao atual e como não receberam contribuições dessa natureza no
699 momento em que o documento foi disponibilizado para a comunidade; assim,
700 entenderam que estavam atendendo, mas que era algo que poderia ser avaliado,
701 pois não enxergava necessidade de retorno à Procuradoria, porque não alteraria
702 nenhum aspecto legal do documento, seria só mesmo ajuste, aumentariam de 50
703 para 60 pontos. A conselheira Márcia se posicionou quanto à importância da
704 alteração de pontos, justificando que quem tinha mais tempo de casa também tinha
705 ficado por um certo período sem se qualificar, até para que as instituições se
706 firmassem, até porque havia a preocupação com o desenvolvimento do trabalho e
707 também o plano de cargo e salários que não permitia. Inicialmente tanto fazia ser
708 qualificado ou não, pois receberia o mesmo salário e com advento do RSC ressaltou
709 que pontuação da conselheira Kiara era muito importante, pois já chegariam
710 qualificados. O presidente reforçou que a proposta com parecer favorável da
711 comissão organizadora era alterar o tempo de serviço para no máximo 60 pontos em
712 relação à proposta original. Sendo essa a única alteração sugerida, perguntou se a
713 menção foi compreendida pelos conselheiros e se havia algum ponto contrário em
714 relação a essa sugestão de alteração. Não havendo manifestações contrárias,
715 colocou o ponto 25 em deliberação, considerando a sugestão de alteração da
716 conselheira Kiara: pontuação do tempo de serviço máximo 60 pontos. Após
717 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
718 unanimidade. O presidente registrou que a conselheira Márcia havia feito um
719 apontamento importante em relação aos colegas que eventualmente ainda não
720 tinham graduação. Lembrou que no início da gestão em 2018, 2019 fizeram uma
721 ação para abrir espaço no recurso do Pró-Qualificar, mesmo naquele momento o
722 reembolso sendo a única opção, mas a ação contemplava o reembolso para todos
723 que não tinham graduação e que desejassem fazer a graduação. Disse que com o
724 RSC alguns colegas que não quiseram aproveitar a oportunidade naquele momento
725 agora despertariam o interesse. Registrou que no próximo edital do Pró-Qualificar
726 haverá vaga para todos os servidores que desejarem fazer graduação, todos teriam
727 sua oportunidade garantida. Pediu que a conselheira levasse a mensagem ao
728 Sindicato e aos colegas. Informou que no edital provavelmente deveria sair uma
729 vaga, duas vagas, no entanto, esclareceu que todos que se
730 inscreverem serão contemplados (modalidade graduação). A conselheira
731 Márcia, com relação às bolsas, perguntou a Juliana se haviam sofrido reajuste ou se
732 havia previsão para isso. O presidente respondeu que ainda não, até em função da
733 alimentação orçamentária, pois a preocupação era o grande volume de colegas
734 desejando acessar a oportunidade. Se aumentassem a bolsa com orçamento sendo
735 reduzido, teriam que reduzir o número de colegas que estavam tendo acesso ao
736 benefício. Desta forma, entenderam que o impacto negativo seria maior para os
737 colegas que já estavam contemplados, por isso estavam lutando para manter pelo
738 menos o mesmo valor e tentar manter a quantidade de colegas contemplados. Disse
739 que provavelmente com a reversão orçamentária, em um momento mais favorável,

740 seria oportuna essa discussão, e compreendia que o valor da bolsa já estava
741 defasado, pois o que se pagava com R\$ 700,00 (setecentos reais) há alguns anos, na
742 atualidade não se paga mais, mas infelizmente era a condição do orçamento
743 institucional que não permitia fazer esse ajuste. Juliana citou alguns números sobre
744 o ponto como o recurso de capacitação de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), e
745 informou que é com esse orçamento que fazem o lançamento do edital do Pró-
746 Qualificar e também ações de capacitação para os servidores, e ações de
747 capacitação em geral, que eram comuns a servidores de mais de uma unidade,
748 pagamento de DINTER. Enfim, dentro do Pró-Qualificar citou que a principal despesa
749 era com uma renovação. Informou que há um contingente considerável de
750 servidores que já estão no nível de doutorado, que teriam até 48 meses para
751 terminar, e que estavam fazendo a renovação de todos os colegas que
752 permaneceriam. Informou que a despesa do Pró-Qualificar em 2024 ficou em torno
753 de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), o dobro do orçamento que tinham para
754 capacitação, e disse que só foi possível realizar esse fomento porque aportaram
755 dentro do programa do orçamento da unidade Reitoria e orçamento de arrecadação
756 de receita própria. Destacou que nos últimos anos o orçamento de capacitação,
757 mesmo se tivessem alocado 100% dele no programa para Pró-Qualificar, ficaria
758 metade da despesa. Ou seja, a gestão fez todo um manejo do orçamento para poder
759 garantir a permanência dos servidores e garantir o ingresso de novos, porque
760 entendiam que sempre existiriam novas demandas e dentro da comissão havia a
761 mesma percepção da Conselheira Márcia com relação ao RSC. Reforçou que sempre
762 faziam a avaliação da manutenção de quem já era bolsista, mas também sempre
763 permitindo o ingresso de novos servidores. Destacou que o programa estava em
764 torno de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), às vezes até R\$ 900.000,00
765 (novecentos mil reais) por ano. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto
766 vinte e seis, a saber: apresentação do Parecer da Auditoria Interna referente à
767 prestação de contas anual do Instituto Federal do Tocantins do exercício de 2024,
768 para fins de conhecimento e publicação no portal institucional, em conjunto com o
769 Relatório de Gestão do mesmo exercício, conforme o Processo
770 nº 23235.003095/2025-21. O auditor André Moreira apresentou de forma sucinta o
771 parecer da Auditoria Interna que versava sobre as prestações de Contas do IFTO do
772 exercício 2024. Informou que é uma atividade corriqueira, pois anualmente o IFTO
773 faz as suas prestações de conta. André citou que, durante a gestão do professor
774 Antonio da Luz Júnior, não chegaram a ter processo de contas, que é um processo
775 mais complexo em que as equipes da Controladoria-Geral da União – CGU
776 fazem auditorias *in loco*. Disse que o relatório de gestão é um documento mais
777 simples, mas obrigatório, e que a partir de 2021 tornou-se obrigatório também que
778 a Auditoria Interna desse parecer sobre esse documento. Destacou que o parecer
779 tem por objetivo examinar e emitir opinião sobre a prestação de contas anual do
780 IFTO referente ao exercício de 2024. Informou que o parecer tem toda uma
781 fundamentação legal, como o Decreto nº 3.591, principalmente instruções
782 normativas tanto da CGU no caso a número 5 de 2021 como do Tribunal de Contas
783 da União – TCU para elaborar, e ao final do documento emitem opinião sobre as
784 contas com base nos trabalhos de auditoria feitos em 2024. Destacou que a emissão
785 desta opinião deve ser com base nos trabalhos que foram planejados no Paint, que
786 é o Plano de Auditoria Interna, e que também estavam consignados seus resultados
787 no RAINTE, que é o Relatório Anual de Auditoria Interna. Informou que, segundo
788 esses normativos, tinham que observar durante a análise a aderência da prestação
789 de contas dos normativos que regem a matéria, a conformidade legal dos atos

790 administrativos, o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras e
791 por fim o atingimento dos objetivos operacionais. Em relação à opinião gerada pela
792 Auditoria, André informou ser favorável com algumas ressalvas que eram comuns.
793 Destacou que, com o intuito de contribuir e aprimorar a gestão, a Auditoria sugeriu
794 alguns ajustes. Destacou que, embora tenha sido aprovada a política de governança,
795 gestão de riscos e culturas internas pelo Conselho em 2024, o grau de maturidade
796 de risco era considerado ainda incipiente; disse ser preciso melhorar nesse requisito,
797 e ainda existe dentro da instituição o plano formalmente implantado, sistematizado
798 e institucionalizado, o que requer uma ação da gestão. Disse que a contribuição da
799 Auditoria consiste em que o Conselho, assim como a gestão superior, tenha um
800 cuidado, uma atenção maior a essa questão para que consigam implantar a política
801 de risco com sucesso no IFTO. A conselheira Juliana fez uma consideração, disse que
802 ao fazer a leitura do documento observou que um dos apontamentos da Auditoria
803 foi a melhoria da estruturação da parte de gestão de riscos. Registrou que haviam
804 aprovado recentemente o manual que definiu a metodologia de levantamento
805 desses riscos e que já havia sido designada uma comissão permanente que realizaria
806 os trabalhos e que já estava previsto nas atividades de 2025 promover a atualização
807 do levantamento de riscos e do mapa de riscos do IFTO, também em atendimento às
808 orientações do parecer. O presidente destacou que uma das auditorias do ano
809 anterior foi realizada justamente em um dos processos de executado em parceria
810 com a Fundação de Apoio (CREAD). Citou que solicitou a investigação da Auditoria,
811 para análise desse processo, porque era o processo mais suscetível a falhas
812 operacionais. Assim, buscava avaliar e qualificar o relacionamento com a Fundação.
813 Disse ser importante os conselheiros saibam que, além do Ministério Público, o IFTO
814 estava buscando com a sua Auditoria debruçar-se sobre os processos em busca de
815 cada vez mais garantir-lhes segurança e legalidade. André informou que tanto o
816 PAINT como o RAINTE eram públicos e estavam disponíveis para a comunidade tanto
817 interna como externa no site da Instituição. O presidente informou que na reunião
818 ordinária de junho terão a apresentação da Corregedoria sobre Índice de
819 Maturidade. A conselheira Ana Rafaela informou que a PROEN havia lançado um
820 edital de captação de estudantes bolsistas para implantação do Centro Olímpico de
821 Conhecimento nos 11 campi. Informou que já haviam participado da 1ª Olimpíada
822 Brasileira de Biologia, com estudante que havia passado na 1ª fase, o que reforça a
823 importância do projeto. Registrou a alegria com as conquistas. A conselheira Márcia
824 Amado solicitou a atenção da DGP em relação ao reajuste e à aceleração. Solicitou a
825 criação de uma comissão para regulamentar no IFTO o auxílio-transporte, que não
826 era regular e, por isso, recebido somente por força judicial. O presidente disse que
827 poderiam avançar na formação da constituição da comissão. Quanto às acelerações
828 e promoções, informou que havia sido publicado um documento na semana anterior
829 pela DGP com todas as informações das concessões, conforme MGI. O diretor Saulo
830 solicitou que o documento mencionado pelo presidente fosse criado também na
831 perspectiva dos docentes. Reforçou a importância dos Centros Olímpicos na
832 perspectiva do IFTO e a divulgação das ações pelas unidades. A conselheira Márcia
833 citou a situação dos aposentados que estavam na expectativa de receber o reajuste
834 dos 9%. Perguntou se o servidor, ao aposentar-se, continuava servidor ou deixava de
835 ser servidor. O presidente disse que sempre seriam servidores do ponto de vista do
836 IFTO. Mas para pagamento era necessário observar o aspecto legal: poderia pagar
837 bolsa para servidor ativo da instituição. Servidor inativo não fazia jus a receber bolsa
838 pelo IFTO, o que não o impediria de participar como externo. Quanto à classificação
839 funcional, Juliana informou que a diferença de um servidor em atividade para um

840 aposentado era que ambos eram permanentes, mas um permanente ativo e outro
841 permanente inativo. Quanto à paridade levantada pela conselheira Márcia, Juliana
842 informou que no bojo da concessão de aposentadoria seria o servidor aposentado, e
843 quando os servidores ativos tivessem reajuste ou alteração de carreira também
844 teriam direito a esse reajuste (paridade). Contudo, reforçou que regras para
845 aposentadoria são constitucionais, ou seja, alterações somente através de emenda.
846 Seria necessário então observar qual a prerrogativa que concedeu a
847 aposentadoria. Não havendo mais nada a tratar, o presidente agradeceu novamente
848 a presença de todos, e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, secretária do Conselho
849 Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim,
850 pelo presidente e pelos membros deste Conselho que participaram da reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo da Silva Paz Neto, Conselheiro**, em 23/06/2025, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edmar Vinicius de Carvalho, Conselheiro**, em 23/06/2025, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Corombert Leão de Oliveira, Conselheiro**, em 23/06/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erica Ribeiro de Sousa Simonetti, Conselheira**, em 23/06/2025, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Leite Apinage, Conselheiro**, em 23/06/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Rodrigues de Paula, Conselheira**, em 23/06/2025, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milene Lopes dos Santos Queta, Conselheira**, em 23/06/2025, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Irany Iva dos Santos Dias, Conselheira**, em 23/06/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Peixoto Soares da Silva, Conselheira**, em 23/06/2025, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilvan Vieira Moura, Conselheiro**, em 23/06/2025, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Alves Machado, Conselheiro**, em 23/06/2025, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Dias Costa, Conselheiro**, em 23/06/2025, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Cesar de Sousa, Conselheiro**, em 24/06/2025, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Carvalho de Souza Timoteo, Conselheiro**, em 24/06/2025, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Noemi Barreto Sales Zukowski, Conselheira**, em 24/06/2025, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rafaela Bezerra Cavalcante de Sousa, Conselheira**, em 24/06/2025, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Vítor Bonini de Alcantara, Conselheiro**, em 24/06/2025, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Gabriel Ribeiro da Silva, Conselheiro**, em 24/06/2025, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kiara Souza dos Reis Cavalcante, Conselheira**, em 24/06/2025, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Ribeiro da Silva, Conselheiro**, em 24/06/2025, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ferreira de Queiroz, Conselheira**, em 24/06/2025, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Cabral Neto, Conselheiro**, em 24/06/2025, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, Conselheira**, em 24/06/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 24/06/2025, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 24/06/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2742725** e o código CRC **C8F552AE**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.008461/2025-39

SEI nº 2742725